

Autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança

Editora Revista dos Tribunais - A TEORIA DA ENCAMPAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA E O ENUNCIADO 628, DE SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ



Description: -

- Mandamus -- Brazil.

Injunctions -- Brazil. autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança

-autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança

Notes: Includes bibliographical references (p. [77]-78) and index.

This edition was published in 1991



Filesize: 50.29 MB

Tags: #Sujeição #Passiva #No #Mandado #De #Segurança #E #A #Autoridade #Coatora

ADMISSIBILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL

Observava Sérgio Ferraz, na vigência da Lei nº 1. Se, porém, a autoridade impetrada e informante não for o prefeito, o Município não estará integrando a lide enquanto não o requerer por seu representante legal.

ADMISSIBILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL

A TEORIA DA ENCAMPAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA E O ENUNCIADO 628, DE SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ

São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Isso não impede que, havendo interesse do particular em provocar uma efetiva decisão administrativa antes de aceitar a oferta unilateral de arbitragem contida no caput, este promova medida judicial destinada a obter tal decisão efetiva por exemplo, um mandado de segurança contra a omissão administrativa.

O sujeito passivo no mandado de segurança

Fernando Gonçalves — DJU 10. Primeiramente, o juiz determinará a notificação da autoridade coatora, para que, ciente do teor da petição inicial, preste informações no prazo de até 10 dias. O sujeito passivo legítimo no mandado de segurança.

O sujeito passivo legítimo no mandado de segurança

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. PONTES DE MIRANDA, Comentários ao Código de Civil, 4 ed. A explicação para tanto deve-se

justamente à questão da sujeição passiva mandamental.

A indicação errônea da autoridade coatora no Mandado de Segurança à luz do novo Código de Processo Civil

Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Este entendimento originou diversas críticas por parte da doutrina, já que inexistia ao menos, uma singela oportunidade de a parte impetrante sanar a nulidade e indicar corretamente a autoridade responsável pela prática do ato coator.

Related Books

- [Compromis austro-hongrois de 1867 - e tude sur le dualisme.](#)
- [Maschere grottesche tra manierismo e rococò](#)
- [Science, technology, and American foreign policy](#)
- [Incidence of government revenues and expenditures. - A study prepared for the Ontario Committee on T](#)
- [Great military blunders](#)